O que o CARF significa para o cliente com ativos nos dois polos

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A chegada do CARF (Crypto-Asset Reporting Framework) altera o perfil de risco de três tipos de cliente. O primeiro é o residente em Singapura com tokens em uma exchange suíça ou sob custódia de ativos digitais de um banco suíço. Suas participações tornam-se visíveis para a IRAS (Inland Revenue Authority of Singapore, a autoridade tributária) a partir de 2028, no mínimo. Se ele for investidor, não tem nada a declarar nem a temer, embora o volume de operações reportadas possa levar a IRAS a perguntar se ele é trader. Se vinha negociando por meio da conta suíça sem declarar, tem um problema, que o Capítulo VIII desta Parte trata no âmbito do programa de divulgação voluntária. O segundo é o residente na Suíça com tokens em uma exchange de Singapura. Seus saldos de fim de ano entram no imposto suíço sobre o patrimônio, e sua renda de staking, no imposto de renda suíço. A administração fiscal cantonal comparará o relatório do CARF com sua relação de títulos. Um residente na Suíça que omitiu uma carteira de Singapura de sua declaração deve utilizar a autodenúncia suíça isenta de penalidade prevista no art. 175, al. 3, da Lei federal suíça do imposto federal direto (DBG/DFTA) antes da primeira troca. A autodenúncia só é isenta de penalidade enquanto a autoridade não tiver conhecimento dos fatos (ver Parte G, Capítulo VIII).

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O terceiro tipo é o cliente que transferiu ativos para autocustódia para evitar o reporte. O CARF reporta transferências para carteiras não hospedadas (unhosted wallets) por valor agregado, de modo que a autoridade do país de residência vê que S$ 4 milhões saíram da exchange para um endereço não associado a um prestador de serviços. Ela não vê as movimentações posteriores dessa carteira, mas a diferença entre a saída conhecida e o patrimônio declarado é, por si só, um gatilho para investigação. A capacidade de análise de blockchain da IRAS e das autoridades cantonais suíças está crescendo, de modo que a premissa de que a autocustódia é invisível já não é segura. O ponto é uma questão de avaliação de risco, e eu o apresento aos clientes em termos do que a autoridade verá e perguntará, conforme o checklist abaixo.

Checklist

O que uma autoridade fiscal verá sobre um cliente quando as trocas do CARF começarem: - o nome, o endereço, a jurisdição de residência e o número de identificação fiscal do cliente, conforme autocertificados - para cada criptoativo relevante, o valor agregado em moeda fiduciária e o número de unidades adquiridas contra moeda fiduciária e alienadas por moeda fiduciária durante o ano - o valor agregado e as unidades das trocas entre criptoativos - o valor agregado e as unidades das transferências de entrada e de saída, com as transferências para carteiras não hospedadas identificadas separadamente - operações de pagamento de varejo acima do limite O que a autoridade não verá: - saldos de fim de ano (diferentemente do CRS), a menos que o RCASP seja também uma instituição financeira reportante do CRS para a mesma conta - movimentações entre as próprias carteiras em autocustódia do cliente - custo de aquisição, período de detenção ou finalidade do cliente, que o cliente ainda precisa ser capaz de comprovar

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com